



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANNA KAROLINE SANTOS DE CARVALHO

CAROLINA MARIA DE JESUS: Cultura Popular e prática educativa na
Educação de Jovens e Adultos.

JOÃO PESSOA

2016

ANNA KAROLINE SANTOS DE CARVALHO

CAROLINA MARIA DE JESUS: Cultura Popular e prática educativa na
Educação de Jovens e Adultos.

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Pedagogia, como requisito
para obtenção do título de Graduada em
Pedagogia, sob orientação do Prof. Dr.
Alexandre Magno Tavares da Silva.

JOÃO PESSOA

2016

C331c Carvalho, Anna Karoline Santos de.

Carolina Maria de Jesus: cultura popular e prática educativa na educação de jovens adultos / Anna Karoline Santos de Carvalho. – João Pessoa: UFPB, 2016.

49f. : il.

Orientador: Alexandre Magno Tavares da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Cultura popular. 2. Educação de jovens e adultos.

3. Identidade. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 374.7(043.2)

CAROLINA MARIA DE JESUS: Cultura Popular e prática educativa na
Educação de Jovens e Adultos.

ANNA KAROLINE SANTOS DE CARVALHO

Monografia apresentada em 13 de junho 2016

Prof. Dr. Alexandre Magno Tavares da Silva - UFPB
Orientador

Profa. Dra. Suelidia Maria Calaça
Examinadora

2a. Examinador/a

Aos meus queridos e amados pais, Luiza e Humberto pela dedicação, amor e valores ensinados. Ao meu amado esposo Lourival Júnior, por sempre estar receptivo a me ajudar. Amigo de muitas caminhadas! Obrigada por ter me apoiado incondicionalmente, sem você tudo se tornaria muito mais difícil neste projeto.

Ao meu precioso filho Pedro Lucas, razão da minha vida e da minha alegria.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente e sempre, agradeço a Espiritualidade por estar presente em todos os momentos da minha vida, trazendo paz e harmonia para continuar a caminhada na força do Grande Mestre Divino.

Ao professor Dr. Alexandre Magno Tavares da Silva pela dedicação e por sua especial orientação e acompanhamento neste trabalho.

Aos meus queridos parafolcloristas do Grupo Eita de Projeções Folclóricas que, através de seus jeitos simples de ser, contribuíram com o meu crescimento profissional.

Às minhas amigas Julyanna Oliveira e Lívia Teixeira, que abriram espaços de sua vida várias vezes, ajudando a revisar as versões deste texto.

A todos(as) e a alguns que não citei, mas também trago no coração, o meu muito obrigada!

A cultura de um povo é o seu maior patrimônio
Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores,
é permitir que as novas gerações não vivam
sob as trevas do anonimato.

Nildo Lage

RESUMO

Esta pesquisa resulta da junção de um enorme desejo pessoal, profissional e acadêmico de ver a Cultura Popular inserida no campo educacional, bem como na Educação de Jovens e Adultos. Acreditamos que é imprescindível que as futuras gerações conheçam elementos da cultura da sua região e que eles estejam inseridos em seu contexto escolar, de forma interdisciplinar. Com base na abordagem qualitativa e quantitativa, essa pesquisa busca apresentar a cultura popular enquanto temática presente na EJA, além de discutir como ela se faz presente no cotidiano desses sujeitos jovens e adultos nos espaços populares. Tivemos como objetivos analisar e apresentar as contribuições da Cultura Popular na ação sócio pedagógica junto a esses sujeitos. Duas análises nortearam a escrita deste texto, a primeira refere-se à reflexão sobre conceitos e discussões dos elementos constitutivos da pesquisa, fundamentada em pressupostos teóricos do memorável Paulo Freire, Roger Chartier entre outros que engrandeceram nosso aprofundamento a esta temática. A segunda, refere-se a compreensão dos escritos pela agente cultural Carolina Maria de Jesus, sua biografia e sua contribuição para a Educação da pessoa jovem e adulta. Dentro destes objetivos no plano geral procuraremos atender algumas especificidades, sendo elas: **a)** Apresentar a Cultura Popular enquanto uma temática presente na Educação de Jovens e Adultos; **b)** Discutir a Cultura Popular enquanto processo presente no cotidiano de jovens e adultos dos espaços populares, **c)** Analisar as contribuições da Cultura Popular na ação sócio pedagógica junto aos jovens e adultos. A partir desses diálogos enunciativos compreendemos que um dos temas emergentes que necessita ser trabalhado tem sido a identidade dos sujeitos da EJA a partir da sua cultura e da sua realidade.

Palavras-chave: Cultura Popular; Educação de Jovens e Adultos. Identidade.

ABSTRACT

This research results from the addition of a great desire personal, professional and academic to see the Popular Culture inserted in the educational field as well as in the Youth and Adult Education. We believe it is essential that future generations will know the culture elements of their region and that they are inserted in their school context, in an interdisciplinary way. Based on qualitative and quantitative methodological approach, this research aims to present the popular culture as theme presents in adult education, and to discuss how it is this subject in the daily lives of these young people and adult subjects in popular areas. We have to object to analyze and exhibit the contributions of Popular Culture in the social pedagogical action with these subjects. Two analyzes guided the writing of this text, the first refers to reflecting on concepts and discussion of the elements of the research, based on theoretical assumptions of the memorable Paulo Freire, Roger Chartier, among others praise our further development in this area. The second, refers to the understanding of the writings left by the cultural agent Carolina Maria de Jesus, his biography and his contribution to the education of young and adult. Within these objectives in the general plan we will seek to meet some specific features, which are: a) Exhibit the Popular Culture as a theme present in Youth and Adult Education; b) Discuss the Popular Culture while this process in the youth and adult everyday popular spaces, c) To analyze the contributions of Popular Culture in the social pedagogical action with young people and adults. From these dialogues enunciation understand that one of the emerging issues that need to be worked has been the identity of the subject of the EYA from its culture and its reality.

Key Words: POPULAR CULTURE, PEOPLE OF EDUCATION AND YOUNG ADULT, INDETITY.

LISTA DE IMAGENS

Fig. 1 -	Carolina Maria de Jesus	31
Fig. 2 -	Grupo Eita de Projeções Folclóricas – Oficina de Boi de Reis	39
Fig. 3 -	Grupo Eita de Projeções Folclóricas – Jogos Escolares	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CULTURA POPULAR, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: desafios e perspectiva na definição de uma categoria de análise.....	15
2.1 A Cultura Popular na Educação de Jovens e Adultos.....	20
3. RESGATE SÓCIO-HISTÓRICO E POSSIBILIDADES DE DISCUTIR A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DA CULTURA POPULAR.....	24
4. A CULTURA POPULAR EM CAROLINA MARIA DE JESUS: contribuições para a Educação de Pessoas Jovens e Adultas.....	29
4.1 Carolina Maria de Jesus, apresentando a personagem.....	30
4.2 Contribuições da Leitura de Carolina Maria de Jesus para Sentir, Pensar e Agir em torno da Educação de Pessoas Jovens e Adultas em espaços populares.....	36
5. CONSIDERAÇÕES	40
REFERÊNCIAS	42
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso resulta da necessidade de entender a Cultura Popular inserida no campo educacional, especialmente na modalidade da Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Acreditamos que é imprescindível que as novas gerações conheçam elementos da cultura popular de sua região, ou na escola de forma interdisciplinar. Duas análises nortearam a escrita deste texto, a primeira referente à reflexão em torno das concepções sobre Cultura Popular e a outra quanto à interdisciplinaridade.

Compreendemos que, a escola passa a ser considerada como organização estratégica no combate aos mais variados tipos de preconceitos porque se constituiu como espaço de produção cultural. Ela congrega vários tipos de grupos, com valores distintos: identidades, personalidades, povos e credos diferentes, que se aglutinam com um objetivo de adquirir e socializar conhecimentos, e saberes. De acordo com a especificidade do Projeto Político Pedagógico de uma Escola - esta pode tornar-se parceira de outras instituições sociais – é possível envolver ensino e aprendizagens a partir da realidade dos grupos envolvidos. A partir daí compreendemos que um dos temas emergentes que necessita ser trabalhado tem sido a identidade dos sujeitos da EJA a partir da sua cultura e da sua realidade.

O povo brasileiro constitui-se de sua sabedoria, crenças e manifestações culturais, as quais fazem parte de seu cotidiano e, todavia, sustenta a cultura popular brasileira. Contudo, observando que isso faz parte da essência do povo, verificou-se na escola a necessidade de abordar, trabalhar, resgatar e analisar vivências relacionadas às expressões culturais.

Torna-se uma necessidade, em relação a política de valorização da diversidade cultural, a inclusão de conteúdos sobre culturas populares tradicionais como temas curriculares transversais. De certa forma isto vem preencher uma grande lacuna, ao oferecer informações pedagogicamente organizadas sobre as expressões da cultura popular, as quais integram uma importante parcela do conhecimento humano que vem sendo apartada dos currículos escolares: o das culturas da oralidade.

Entendemos que “oralidade” e “educação escolar” são conceitos cuja aproximação tem sido problemática, uma vez que a escola historicamente se consolidou como um dos templos do saber fixado pela escrita, o saber letrado das camadas sociais

hegemônicas, advindo da tradição culta europeia-ocidental. Ao mesmo tempo, essa mesma escola rejeitava a cultura oral, própria dos povos ágrafos - aqueles que não tiveram necessidade, ou oportunidade histórica de desenvolver ou se servir da escrita, como é o caso da maioria das civilizações africanas, dos povos indígenas, ou ainda, do povo miscigenado brasileiro.

A cultura popular tradicional, produzida por camadas sociais economicamente desfavorecidas, tem sido lembrada na escola tão-somente por ocasião da Semana do Folclore, ou conforme representada na obra de autores nacionalistas como Gonçalves Dias ou modernistas como Mário de Andrade ou Guimarães Rosa. Assim como esses escritores, embora pertencentes a uma esfera de produção artística erudita, preocuparam-se com a configuração de uma estética genuinamente nacional, gestada a partir de formas e conteúdos da cultura ancestral do nosso povo, é urgente que a escola adote semelhante postura, agregando aos seus currículos, ao lado desses grandes artistas, aqueles que lhes inspiraram a obra: os artistas populares e suas comunidades.

As historiografias contemporâneas se voltam cada vez mais para as vozes excluídas do poder, para a experiência do homem comum, dos segmentos sociais marginalizados pela história dita “oficial”. Para as fontes não-escritas. A atual orientação ética para a aceitação e valorização das diferenças – culturais, sociais, econômicas, raciais, de opção sexual – existentes entre os cidadãos nas sociedades humanas, na busca da consolidação do próprio conceito de cidadania, deve ter como ponto de partida a instituição escolar.

A escola é, portanto, o ambiente propício para a aprendizagem do respeito pelas culturas populares. Vencendo o preconceito, é preciso formar um público jovem interessado nas suas próprias raízes, não envergonhado, mas orgulhoso delas, com espírito aberto o suficiente para redescobrir e valorizar, nas periferias das grandes cidades onde moram, as belezas ancestrais guardadas na memória de seus pais e avós.

Só assim a cultura popular poderá ser reconhecida e respeitada, visando alcançar a legitimidade de que hoje goza a cultura erudita, na escola ou fora dela. E abrindo caminho para que, um dia, o mestre popular se torne mestre-escola.

Por fim afirmamos que, essa proposta de estudo se justificou pela necessidade de contribuir no campo da Educação de Pessoas Jovens e Adultas no contexto da cultura popular. A temática apresentada contribui para a discussão, bem como pensar possibilidades no tratamento sócio pedagógico das diversidades culturais no plano da educação de pessoas jovens e adultas.

Em meio ao cenário atual da Educação de Pessoas Jovens e Adultas, a proposta deste trabalho foi a de é provocar reflexões prementes que promovam diálogos entre os educadores na busca do rompimento de padronizações e uniformizações de práticas docentes, que afastam a linguagem popular da linguagem culta, valorizando a bagagem cultural que o educando da Educação de Jovens e Adultos possui e viabilizando a integração desses valores às propostas curriculares disciplinares.

Nesse sentido indagamos: Como podemos inserir a cultura popular na educação de jovens e adultos, de modo interdisciplinar?

Sobre os objetivos perseguidos na pesquisa

No plano geral procuraremos atender algumas especificidades, sendo elas: **a)** Apresentar a Cultura Popular enquanto uma temática presente na Educação de Jovens e Adultos; **b)** Discutir a Cultura Popular enquanto processo presente no cotidiano de jovens e adultos dos espaços populares, **c)** Analisar as contribuições da Cultura Popular na ação sócio pedagógica junto aos jovens e adultos.

Apresentando o percurso metodológico

A pesquisa se caracteriza como uma Pesquisa de cunho Quantitativo e Qualitativo. Nesse sentido, procurarei trabalhar a relação teoria e empiria, defendida por Nunes (1995), com a qual concordo que consiste em não se distanciar das concepções articuladas da pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Para a realização deste estudo, portanto, utilizamos três dimensões para a coleta dos dados: pesquisa bibliográfica/documental, intervenção e pesquisa de campo.

Sobre os capítulos

No primeiro capítulo nos propomos a apresentar a Cultura Popular enquanto uma temática presente na Educação de Jovens, para tanto analisaremos os desafios e perspectiva na definição da história e conceitos sobre a Cultura.

No segundo capítulo faremos um resgate sócio-histórico e as possibilidades de discutir a Educação de Jovens e Adultos a partir da cultura Popular.

No terceiro e último capítulo nos propomos a analisar as contribuições da Cultura Popular na ação sócio pedagógica junto aos jovens e adultos, destacando para isso o fazer educativo dos agentes culturais, partindo da apresentação de um personagem popular, Carolina Maria de Jesus, procuramos discutir a Cultura Popular enquanto processo presente no cotidiano de jovens e adultos dos espaços populares.

2. CULTURA POPULAR, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: desafios e perspectiva na definição de uma categoria de análise

Cultura popular é um dos conceitos mais controvertidos que podemos conhecer. Existe, sem dúvida, desde o final do século XVIII, onde foi utilizado em contextos variados, quase sempre envolvido com juízos de valor, idealizações, homogeneizações e disputas teóricas e políticas. Para muitos, está (ou sempre esteve) em crise, tanto em termos de suas fronteiras para expressar uma dada realidade cultural, como em termos práticos, pelo chamado avanço da globalização, responsabilizada, em geral, pela internacionalização e homogeneização das culturas¹.

Por outro lado, se cultura popular é algo que emana do povo, temos uma dificuldade de defini-la enquanto categoria científica. Para uns, a cultura popular equivale ao folclore, entendido como o conjunto das tradições culturais de um país ou região; para outros, inversamente, o popular desapareceu na irresistível pressão da cultura de massa (sempre associada à expansão do rádio, televisão e cinema) e torna-se impreciso saber o que é originalmente ou essencialmente do povo e dos setores populares.

Para muitos, certamente, o conceito ainda consegue expressar um certo sentido de diferença, alteridade e estranhamento cultural em relação a outras práticas culturais (ditas eruditas, oficiais ou mais refinadas) em uma mesma sociedade, embora estas diferenças possam ser vistas como um sistema simbólico coerente e autônomo, ou, inversamente, como dependente e carente em relação à cultura dos grupos ditos dominantes².

Para alguns historiadores atuais, como Roger Chartier(1945-). sempre foi impossível saber (ou mesmo não interessa descobrir) o que é genuinamente do povo pela dificuldade ou mesmo impossibilidade de se precisar a origem social das manifestações culturais, em função da histórica relação e intercâmbio cultural entre os mundos sociais, em qualquer período da História. De qualquer forma, Chartier de forma crítica, afirma ser o conceito de cultura popular uma categoria erudita, que pretende “delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus atores como pertencendo à cultura popular”. Sempre há o risco, continua o historiador francês,

¹ABREU, Martha, O Império do Divino. Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

²ROCHA, Glauber. O século do cinema: Glauber Rocha. São Paulo: Cosac Naify, 2006

de se ficar incessantemente procurando uma suposta idade de ouro da cultura popular, período onde ela teria existido “matricial e independente”, frente a épocas posteriores, onde a dita cultura popular teria começado a ser perseguida por autoridades eruditas ou desmantelada pelos irresistíveis impulsos da modernidade.

Apesar de todos os problemas apontados e dos diferentes sentidos que a expressão vem recebendo, insistimos e costumamos defender que o conceito é válido e útil para os profissionais que atuam no campo da História. Antes, porém, é bom não perder de vista que, como todo o conceito, o de cultura popular também constrói identidades e possui uma história. Neste caso, várias histórias, que recuam ao final do século XVIII - com o filósofo Johann Von Herder (1744-1803), sempre ligadas aos sujeitos e movimentos populares que o trouxeram à tona (ou o recriaram) e o elegeram como fundamental. Esta história é para nós a chave das dificuldades que são atribuídas ao conceito. A chave para o encaminhamento da discussão sobre cultura popular. Ao aprofundarmos a história do conceito de cultura popular, realizamos uma operação que subverte os seus sentidos universais, a históricos, ideológicos e políticos que costumeiramente lhe são atribuídos. Como afirma Nestor Canclini (1939-), deve-se desconstruir as operações científicas e políticas que colocaram em cena o popular³.

Sendo assim, um dos nossos objetivos aqui é exatamente chamar a atenção dos profissionais de História para a importância de se pensar a história do conceito de cultura popular e dos significados políticos e teóricos que o conceito recebeu ao longo do tempo, sempre historicamente construídos ou inventados (por isso, o envolvimento com as questões políticas e ideológicas de seu próprio tempo).

Antes, porém, é bom deixar claro que não entendo cultura popular como um conceito que possa ser definido a priori, como uma fórmula imutável e limitante. Talvez possa ser visto como uma perspectiva, no sentido de ser mais um ponto (de vista) para se observar a sociedade e sua produção cultural. O fundamental, no meu modo de ver, é considerar cultura popular como um instrumento que serve para nos auxiliar, não no sentido de resolver, mas no de colocar problemas, evidenciar diferenças e ajudar a pensar a realidade social e cultural, sempre multifacetada, seja ela a da sala de aula, a do nosso cotidiano, ou a das fontes históricas. Não se deve perder de vista, entretanto, como já ouvi certa vez, que muito mais fácil do que definir cultura popular é localizá-la em países como o Brasil, onde o acesso à chamada modernidade não eliminou práticas e

³CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas*, São Paulo, Edusp, 1997.

tradições ditas pré-modernas (se bem que todo cuidado é pouco para identificar estas práticas e tradições como populares).

Desde o final do século XIX, no Brasil, a expressão cultura popular esteve presente numa vertente do pensamento intelectual, formada por folcloristas, antropólogos, sociólogos, educadores e artistas, preocupada com a construção de uma determinada identidade cultural. Artistas, políticos, literatos, intelectuais tentaram responder a estas questões relacionando cultura popular com variados atributos, por vezes contraditórios: ora com a não modernidade, o atraso, o interior, o local, o retrógrado, o entrave à evolução; ora com o futuro positivo, diferente, especial e brilhante para o país, valorizando as singularidades culturais e a vitalidade de uma suposta cultura popular, responsável pelo nascimento de uma nova consciência, uma nova civilização, sempre mestiça.⁴

A partir dos anos 1940/1950, cultura popular assumiu uma perspectiva política associada aos populismos latino-americanos, que procuravam oficializar as imagens reconhecidamente populares às identidades nacionais e à legitimidade de seus governos. O conceito também foi incorporado pela esquerda, principalmente na década de 1960, tendo assumido um sentido de resistência de classe, ou, inversamente, de referência a uma suposta necessidade dos oprimidos a uma consciência mais crítica, que precisava ser despertada. O conceito poderia ser encontrado entre os intelectuais do cinema novo, da teologia da libertação, dos centros populares de cultura e entre os educadores ligados aos princípios de Paulo Freire.⁵

Atualmente, uma tendência dos que lidam com indústrias culturais e comunicação de massa é pensar o popular em termos do grande público. Nesta perspectiva, seria possível encontrar uma hierarquia de popularidade – em função do maior ou menor consumo - entre os diversos produtos culturais ofertados no mercado, tornando menos evidente o sentido político que anteriormente marcava os usos da expressão “popular”. A despeito disto, não é incomum encontrarmos certas afirmações de que alguns jornais são feitos para o “povão”, apresentando um padrão reconhecido como popular.

Segundo Tomazi (1993), nesse momento, os intelectuais europeus passaram a se interessar pelos hábitos e tradições do povo. Visitavam as casas e as festas dos artesãos

⁴ABREU, Martha, O Império do Divino. Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

⁵FREIRE, Paulo – Teologia da libertação.

e camponeses para ouvir e aprender suas histórias e canções. A maioria desses intelectuais descendia das elites, que não conhecia o povo. Imaginavam-no natural, simples, analfabeto, irracional, enraizado na tradição e na terra, sem nenhum sentido de individualidade, despertando assim o interesse em conhecê-los.

Esse movimento de valorização do povo pelos intelectuais, observa Tomazi (1993), teve razões estéticas, intelectuais e políticas. O movimento tinha uma característica de revolta contra a “arte” entendida como algo artificial. Foi também uma reação contra o Iluminismo de Voltaire.

Conforme Burke (1989), o Iluminismo não era apreciado em países como Alemanha e Espanha, porque se originara na França e representava assim, uma situação de predomínio cultural estrangeiro. A busca pela cultura popular em países como esses significava uma forma de oposição à dominação estrangeira, bem como à ascensão do nacionalismo, já que as tradições populares representariam a essência do povo de cada país.

Outro motivo para os intelectuais europeus voltarem-se para o povo, relata Tomazi (1993), foi o caráter sociológico que o estudo dos usos e costumes foi adquirindo no século XVIII. A descoberta de outros povos (sobretudo em situação de exploração, escravidão, risco e vulnerabilidade social) e a diversidade de suas crenças e práticas, eram extremamente atrativas. A pesquisa cultural aproximaria os intelectuais do estudo dos camponeses de seus próprios países, já que eles possuíam crenças, hábitos, tradições e costumes bem diferentes dos seus.

Objetivando a preservação e a memória, os pesquisadores foram registrando por escrito a produção cultural e artística daquele povo. É fundamental observar, que ao se fazer adaptações ou transformações para outra língua e/ou registrar as histórias contadas pelo povo, normalmente se perde muito. Esse fato demonstra que há interferência na própria seleção e transcrição desse material.⁶

Muitos pesquisadores relacionam cultura popular a folclore, sustentando o conceito de uma manifestação tradicional e imutável, onde não há interferências estrangeiras, busca uma proximidade natural, pura e primitiva, mantendo a sua conservação. Para o antropólogo Arantes (1980), cultura popular e folclore servem à mesma realidade, mas, o termo folclore tem uma conotação mais conservadora e cultura popular é um termo mais progressista. Para Brandão (2002), a denominação folclore, foi

⁶TOMAZI Dácio, *Iniciação à Sociologia*, São Paulo, Atual, 1993, p. 179-182, 190-191.

crecendo ao longo do tempo, associando à maneira de viver do povo, seus hábitos, seus costumes, sua capacidade de criatividade, passando a incorporar não só as manifestações festivas, mas também o seu cotidiano. Assim, segundo Brandão (2002), cultura popular e folclore têm a mesma representação. Destacamos que esses dois autores consideram a cultura popular mutável, possibilitando a incorporação de vários elementos e conseqüentemente transformação.

Pode-se entender que a Cultura popular tem servido de elemento constituinte básico para a formação de qualquer unidade nacional, oferecendo a esta, uma memória, uma história a ser compartilhada e vivificada por toda a população. Cultura popular seria então um conjunto de práticas culturais exercidas intensamente pelas camadas mais baixas de uma determinada sociedade. E, com o tempo, foi incorporando vários elementos criados e transformados pelo povo, renovando-se e reestruturando-se.

O Brasil que tem como essência básica da cultura, durante os séculos de colonização, a integração principal entre povos indígenas, europeus e escravos trazidos da África, se complementa a partir do século XIX, com a imigração dos europeus não portugueses e povos de outras culturas, como árabes e asiáticos, adicionando novas características ao panorama cultural brasileiro. De maneira geral todos esses povos contribuíram para a cultura brasileira em vários aspectos sendo os mais comuns a dança, música, religiosidade, literatura, culinária, idioma, etc.

No Brasil, quando falamos em cultura popular, automaticamente somos levados a pensar em festas folclóricas como: Carnaval, São João; em personagens como: Negrinho do Pastoreio, Saci-Pererê; em religião como as afro-brasileiras; em músicas como: samba, forró, sertaneja; Literatura de Cordel; Artesanato como vasos de barro cozido; Comidas típicas como acarajé, vatapá e feijoada.

Mas a cultura brasileira se resume a esses aspectos? É a construção de uma visão simplista, se constituindo apenas desses elementos visíveis? Se quisermos entender a cultura popular brasileira, devemos considerar as relações que todos esses elementos estabelecem na sociedade a que pertencem, pois a produção cultural está intimamente relacionada à produção material de uma sociedade, influenciando-a e sendo por ela influenciada, desenvolvendo assim uma identidade nacional.

2.1 A Cultura Popular na Educação de Jovens e Adultos

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino, amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada. Porém são pessoas que têm cultura própria. Sabe-se que o papel docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno às turmas de EJA. Por isso, o professor da EJA deve, também, ser um professor, capaz de identificar potencialidades culturais em cada aluno. O perfil do professor da EJA é muito importante para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto que vê seu professor como um modelo a seguir.

É preciso que a sociedade compreenda que alunos de EJA vivenciam problemas como preconceito, vergonha, críticas dentre tantos outros. E que tais questões são vivenciadas tanto no cotidiano familiar como na vida em comunidade. A EJA é uma educação possível e capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, permitindo-lhe reescrever sua história de vida. Sabe-se que educar é muito mais que reunir pessoas numa sala de aula e transmitir-lhes um conteúdo pronto. É papel do professor, compreender melhor o aluno e sua realidade diária. Enfim, é acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal.

Buscar compreender as relações que se estabelecem entre as Políticas Educacionais no Brasil, mais especificamente, a política de educação de jovens e adultos e a diversidade cultural, exprimem a reconstituição das impressões de todas as ações já desenvolvidas em torno da educação popular, dos programas, dos projetos e das campanhas de massa realizados no território nacional.

O método de Paulo Freire propõe uma educação dialógica que valorizasse a cultura popular e a utilização de temas geradores. Os movimentos inspirados neste método procuravam a conscientização, a participação e transformação social, por entenderem que o analfabetismo é gerado por uma sociedade injusta e não igualitária.

Neste contexto, foi se transformando a perspectiva de se fazer Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Pela contribuição de Paulo Freire, as políticas de Educação de Jovens e Adultos puderam demonstrar especificidades sócio-culturais⁷. A diversidade cultural passa a ser identificada e reconhecida como aspecto primordial para se pensar e fazer Educação de Jovens e Adultos.

⁷ Pedagogia do oprimido enquanto referencia para o trabalho pedagógico com referencia a cultura popular.

É preciso reenfatizar que a multiculturalidade como fenômeno que implica a convivência que num mesmo espaço de diferentes culturas não é algo natural e espontâneo. É uma criação histórica que implica decisão, vontade política mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas a fins comuns. Que demanda, portanto, uma certa prática educativa coerente com esses objetivos. Que demanda uma nova ética fundada no respeito às diferenças. (FREIRE 1992, p. 157)

Os jovens e adultos já possuem saberes em torno do mundo letrado, trazendo consigo uma compreensão do mundo nas mais diversas extensões de práticas sociais, políticas e culturais. Ensinar na perspectiva de leitura do mundo, é respeitar esses saberes de que fala Freire (1990), é valorizar a sabedoria que resulta das experiências culturais.

A realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Uma destas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular. Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade. O que acontece, no meio popular, nas periferias das cidades, nos campos – trabalhadores urbanos e rurais reunindo-se para rezar ou para discutir seus direitos, nada pode escapar à curiosidade dos educadores envolvidos na prática da Educação Popular.⁸

É necessário gerar possibilidades permanentes no sentido desses saberes penetrem e permaneçam na sala de aula, com o objetivo de contribuir para a construção ações pedagógicas identificadas com as necessidades dos educandos e educandas, bem como gerar possibilidades de construção de processos emancipatórios de educação.

O objetivo de incluir a cultura popular nas salas de aula da Educação de Jovens e Adultos é contribuir para que se exercite o respeito pelas diferenças que são universais e que estão presentes em seus agentes, oportunizando práticas educativas que apresentem a unidade na diversidade. Freire desenvolve sua proposta de alfabetização com base no que denomina de temas geradores.

Contudo, é necessário desenvolver concepções críticas e conscientes sobre a realidade em que vivemos, enfatizando e valorizando um maior conhecimento dos

⁸ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI. Moacir. **Educação de Jovens e Adultos** – teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortês, 2001.

universos culturais dos educandos e educandas, promovendo diálogos entre temas pertinentes, rompendo com a padronização e uniformização de práticas docentes cotidianas.

A reflexão sobre as diversidades presentes na sociedade contemporânea já não nos permite pensar em cultura popular sem nos darmos conta dos saberes que os educandos e educandas da Educação de Jovens e Adultos constroem no cotidiano e trazem para o ambiente da sala de aula. Homogeneizar esses aspectos, a partir da seleção de atividades e conteúdos somente relacionados às práticas tradicionais e excludentes, acaba por invisibilizar as diferenças culturais e as discriminações sofridas pelos jovens e adultos da Educação de Jovens e Adultos em seu cotidiano. Cabe ao professor promover ambientes e situações nas quais os alunos possam expressar toda essa riqueza acumulada na sua trajetória de vida. (ARAÚJO, 2008)

A vivência da diversidade de experiências que se troca na sala de aula, viabiliza a transformação da cultura popular que traz um legado significativo consequente da incorporação de elementos, desde a colonização do Brasil até os dias atuais. As contribuições das diversas expressões culturais populares forneceram subsídios que além de enriquecer o cenário cultural nacional, propicia características regionais e locais que dentro e/ou fora do ambiente escolar reflete no perfil do educando. Em relação a sua maneira de falar, de vestir de agir e de se comunicar.

Percebe-se que apesar de vivermos em uma sociedade globalizada, a discriminação e o preconceito ainda se fazem presentes dentro e fora dos muros escolares, deixando à margem da sociedade vários jovens e adultos que procuram juntos, mudar a realidade perversa da situação em que vivem. Esperam por atitudes frutíferas provocadas no interior da sala de aula, que promovam aprendizagens para além da valorização da riqueza cultural que possuem, propiciando uma integração entre a linguagem popular e a linguagem culta desenvolvendo mecanismos para a produção do seu próprio conhecimento.

A vivência da diversidade de experiência do adulto da Educação de Jovens e Adultos, somadas às inquietações dos jovens, provocam reflexões contundentes na busca por uma nova reconfiguração da Educação de Jovens e Adultos.

É necessário aprofundar a questão do processo de ensino aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos, neste contexto, manifestam-se sujeitos que clamam por seus direitos como educandos, educandas e cidadãos críticos, que sabem o que querem apesar de viverem mergulhados nas águas obscuras da exclusão o que, de certa maneira,

só reforça a importância do educador da EJA, exercitando uma escuta e um olhar sensíveis sobre seu educando, na tentativa de ouvir a sua “voz” e escutando-a reconheça o seu saber.

Segundo Marta Kohl.

“O adulto está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de um modo diferente daquele da criança e do adolescente. Traz consigo uma história mais longa (...) de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e sobre as outras pessoas. Com relação a (...) aprendizagem, essas peculiaridades (...) fazem com que ele traga consigo diferentes habilidades e dificuldades (em comparação com a criança)”. – (p.60)

3. RESGATE SÓCIO-HISTÓRICO E POSSIBILIDADES DE DISCUTIR A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DA CULTURA POPULAR

Buscar compreender as relações que se estabelecem entre as Políticas Educacionais no Brasil, mais especificamente, a política de educação de jovens e adultos e a diversidade cultural exprimem a reconstituição das impressões de todas as ações já desenvolvidas em torno da educação popular, dos programas, dos projetos e das campanhas de massa, realizados no território nacional.

As ações de educação sempre estiveram presentes no contexto brasileiro. No período colonial, podemos encontrar as primeiras formas de educação junto ao público adulto, principalmente indígenas e negros, realizadas pelos jesuítas através da catequização. Com a intenção de difundir o catolicismo através do enternecimento das resistências indígenas e do combate aos cultos africanos, transformando-os em cristãos submissos e obedientes (PAIVA, 1983).

Somente em 1882 com a Lei Saraiva, segundo Amaral (2000), a escolarização passa a se tornar critério de ascensão social, incorporada à Constituição Federal de 1891, em que se restringira o voto ao analfabeto, recrutando apenas os eleitores e candidatos que possuíssem as técnicas de leitura e escrita e não somente pelo critério de renda como ocorria anteriormente.

Esta decisão favorecia apenas setores médios emergentes que tinham na instrução uma ferramenta de ascensão social e política, relacionando analfabetismo à incapacidade e incompetência.

Muitas campanhas de massa de âmbito nacional ocorreram no país nos anos:

- 1947 – Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes – do governo Dutra
- 1952 – Campanha Nacional de Educação Rural – do governo Vargas
- 1958 – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – do governo Juscelino Kubitscheck .
- 1962 – Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo – do governo Jânio
- 1963 – Comissões de Cultura Popular – do governo Jango
- 1964 – Cruzada ABC – na vigência dos governos autocrático-militares pós-64
- 1967 – Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)

Todas essas campanhas e mobilizações ocorreram em períodos determinados segundo Amaral (2000), reproduzindo momentos de otimismo seguidos de queda nos índices qualitativos e quantitativos. Dentre elas, a Comissão de Cultura Popular foi a única que manteve um caráter integrador e uma perspectiva modernizadora. Presidida pelo educador Paulo Freire que valorizava o aprimoramento da cultura popular considerando as peculiaridades e diversidades regionais e socioculturais, diferindo das várias iniciativas de alfabetização e educação de adultos anteriores e posteriores.

O método de Paulo Freire propõe uma educação dialógica que valorizasse a cultura popular e a utilização de temas geradores. Os movimentos inspirados neste método procuravam a conscientização, a participação e transformação social, por entenderem que o analfabetismo é gerado por uma sociedade injusta e não igualitária.

Neste contexto foi se transformando a perspectiva de se fazer EJA no Brasil. Por influência de Paulo Freire, as políticas de EJA puderam demonstrar especificidades culturais, econômicas e sociais. A diversidade cultural passa a ser identificada e reconhecida como aspecto primordial para se pensar e fazer Educação de Jovens e Adultos.

Os jovens e adultos que recebemos nas escolas, trazem grande bagagem de conhecimentos adquiridos ao longo de suas histórias de vida. Não podem ser ignorados ou esquecidos na sala de aula. O caderno de Orientações Pedagógicas para as classes de EJA, desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) em 2001, intitulado “Trabalhando com Educação de Jovens e Adultos: Alunos e Alunas de EJA” ressalta que:

O papel do (a) professor (a) de EJA é determinante para evitar situações de novo fracasso escolar. Um caminho seguro para diminuir esses sentimentos de insegurança é valorizar os saberes que os alunos e alunas trazem para a sala de aula. O reconhecimento da existência de uma sabedoria no sujeito, proveniente de sua experiência de vida, de sua bagagem cultural, de suas habilidades profissionais, certamente, contribui para que ele resgate uma autoimagem positiva, ampliando sua autoestima e fortalecendo sua autoconfiança BRASIL, (2001, p.18-19).

Contudo, é necessário desenvolver concepções críticas e conscientes sobre a realidade em que vivemos, enfatizando e valorizando um maior conhecimento dos universos culturais dos alunos, promovendo diálogos entre temas pertinentes, rompendo com a padronização e uniformização de práticas docentes cotidianas.

A educação de Jovens e Adultos no Brasil demonstra uma característica cada vez mais diversificada consequente dos sujeitos que nela se insere ano após ano. São várias as indagações que surgem neste contexto, na tentativa de explicar a situação em que se encontra esta modalidade de educação popular na atualidade.

A Constituição Federal de 1988 garante educação para todos: “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família...” (Artigo 205) e ainda, ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos que a ele não tiveram acesso na idade própria. (Constituição Federal de 1988 – Artigo 208). E, segundo a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. (Artigo 4). No seu artigo 37, refere-se à educação de jovens e adultos determinando que “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. No inciso 1º, deixa clara a intenção de assegurar educação gratuita e de qualidade a esse segmento da população, respeitando a diversidade que nele se apresenta.

De acordo com a Constituição de 1988 e com a LDB nº 9.394, os jovens e adultos são assegurados no direito de usufruir da escolarização. Portanto, independente das especificidades dos tempos da vida - juventude e vida adulta - e das especificidades dos sujeitos que nessa modalidade se encontram. Mas, quem são esses sujeitos? Quem são esses jovens-adultos? O que buscam na escola?

São pessoas que se encontram à margem da sociedade, por fatores sociais, educacionais e que ainda alimentam grande parcela da população brasileira que vive apoiada no suporte da exclusão. São mulheres, homens, jovens, idosos. Muitos migraram de outras regiões, outros estados, outras cidades, deixando seus familiares, seu trabalho, seus pertences, seu lugar. Vieram para a cidade “grande”, acreditando na possibilidade de mudar de vida, construir uma vida, continuar suas vidas. Depara-se com inúmeras dificuldades, a convivência com o novo: o novo trabalho, o novo bairro, nova gente, novos outros, outros sotaques, outros costumes, outras tradições. Lutam diariamente contra a saudade que dói no peito, que persiste na memória. Mas sabem que para vencer e continuar sua história devem fechar as cortinas do passado, conformar com a realidade e retomar a identidade. Apropriam-se das novas ferramentas que a vida

oferece buscam um futuro promissor, despindo-se das vontades e mergulhando-se nas necessidades.

É nessa perspectiva que se empenham para atingir o objetivo. Desempenham várias funções: são cozinheiras, faxineiras, diaristas, operários, lavradores, pedreiros, lixeiros, servente, camelôs, etc. Todos, úteis para o desenvolvimento deste “nosso” país que insiste em vê-los como carentes, desajustados e incapacitados.

Os jovens que engrossam essa massa de alunos, ainda sofrem com outro agravante: a vulnerabilidade e a fragilidade. O grupo tem passado mais tempo na casa dos pais na condição de dependentes, tem dificuldade de inserção no mercado de trabalho, experimentam fragilidades nas relações afetivas (casamento/descasamentos; fecundidade precoce como uma forma de inserção no mundo adulto). (VOLPE, 2008). Mas, em contrapartida é visto como mola propulsora da mudança social. Os jovens e adultos não podem continuar sob esses olhares que tanto limitam e desenvolvem mecanismos impedindo a superação das dificuldades vivenciadas nessas trajetórias de negação aos direitos já conquistados, porém não concretizados. Este olhar que os providos de nível de escolarização superior atribuem a estes que vivem marginalizados por estar inclusos nesta modalidade de ensino, determinam uma posição perversa dificultando a ascensão ou até mesmo a conclusão dos cursos da EJA, apesar de depositarem na EJA, a esperança da garantia de um emprego melhor, uma posição mais confortável na escala social, uma maior possibilidade, muitas vezes, de inserção no mercado de trabalho.

Durante o processo de aprendizagem do jovem e do adulto na EJA, há uma determinada prática que reforça a questão de insatisfação do aluno adulto nesta modalidade que, infelizmente, intensifica a discriminação sofrida por esses sujeitos. Ao matricularem-se nos cursos da EJA estes, encontram salas de aulas montadas para crianças, materiais didáticos utilizados na aprendizagem de crianças, e ainda, professores que desenvolvem métodos que são utilizados na educação de crianças. Não oferecendo para esse aluno, ferramentas voltadas para o seu tempo real de vida.

Pelo fato das escolas não serem adaptadas aos adultos e às suas necessidades, pois a educação de crianças recebe uma atenção maior tanto do poder público quanto da escola que em geral, cedem seus espaços aos jovens e adultos que são vistos, como sujeitos que estão usufruindo da escola e desse direito pela segunda vez, e que, “qualquer” ambiente seria agregador. O que acaba, infelizmente, desestimulando o educando, que não se sente tratado e respeitado como pessoa, cidadão e aluno que já

possui uma grande bagagem de experiência acumulada em sua vida. Na sua insatisfação, reclamam das relações estabelecidas entre eles e o professor, quando se referem à linguagem utilizada, aos gestos demonstrados, às metodologias cotidianas e, ao tratamento dispensado pelos profissionais da educação. O que acaba reforçando o seu desinteresse pelos estudos, muitas vezes chegando à evasão.

Segundo Gusmão (1978), o adulto não quer ser tratado como uma criança, quer ser tratado como adulto em seu próprio tempo de aprendizagem. A sua perspectiva sobre educação se torna muito limitada causando uma determinada fragilidade ao invés de sentir-se seguro do seu papel de adulto. Sem contar, que as próprias limitações naturais afloradas nas características físicas, como deficiência auditiva, alterações visuais, dificuldade de locomoção, memorização, exercícios motores, comprometem a sua aprendizagem. Portanto é necessário reconhecer o adulto como adulto respeitando-o e tratando-o como tal.

Devemos refletir sobre as possibilidades de transformar a escola e construir uma EJA considerando *“quem” são esses sujeitos*, dando-se conta de seus interesses, saberes, sua bagagem cultural, que nem sempre é valorizada pela cultura escolar (VOLPE, 2008). Os olhares sobre esses jovens e adultos não podem ser de excluídos, carentes, evadidos que perderam a primeira oportunidade de escolarização e estão em busca da segunda oportunidade. De acordo com Arroyo, esse olhar tem que ser revisto:

A EJA somente será reconfigurada se o direito à educação ultrapassar a oferta de uma segunda oportunidade de escolarização, ou na medida em que esses milhões de jovens-adultos forem vistos para além dessas carências. Um novo olhar deverá ser construído, que os reconheça como jovens e adultos em tempos e percursos de jovens e adultos. (ARROYO, 2006,p.23).

Nesse sentido, favorecer a participação desses “sujeitos”, com suas atitudes, linguagens, diversidades culturais, fazer uso da sua experiência e fazê-lo participar dos seus próprios estudos é permitir a garantia de seu direito, acesso e permanência à educação e possibilitar que a escola, enquanto instituição social partilhe dos valores e práticas da sociedade a qual pertence.

4. A CULTURA POPULAR EM CAROLINA MARIA DE JESUS: contribuições para a Educação de Pessoas Jovens e Adultas

A escola é uma das instituições na qual se percebe claramente as diferenças existentes entre os indivíduos (biológicas, culturais, sociais, econômicas). Na Educação de Jovens e Adultos, às vezes de maneira diferente do ensino obrigatório, outras situações diversas são encontradas: alunos que trabalham e de variadas faixas etárias em uma mesma etapa de ensino, tempos diversificados de interrupção da escolarização ou de iniciação tardia nos estudos.

Os motivos de interrupção dos estudos por parte dos alunos da modalidade EJA dizem respeito, geralmente, a fatores emocionais, culturais, cognitivos e econômicos, este último sendo o que apresentam o de maior relevância, o qual gera uma situação peculiar: os alunos param de estudar em razão da necessidade de trabalhar e voltam mais tarde a estudar para melhorar suas condições de trabalho ou conseguir um emprego que exige melhor qualificação.

Segundo Antônia Aranha (2003), reconhecer a necessidade de estabelecer um diálogo entre esses conhecimentos é assumir uma postura epistemológica e ontológica que foge dos padrões tradicionais:

Epistemologicamente seria reconhecer e valorizar outro tipo de conhecimento para além do conhecimento sistematizado, socialmente valorizado. [...] denominado como conhecimento tácito. [...] o trabalhador, ainda que de forma assistemática, produz conhecimento, elabora um saber sobre o trabalho, que não é apenas constituído de noções de sobrevivência e relacionamento na selva competitiva do mercado de trabalho, mas que é também técnico (ARANHA, 2003, p. 105).

Se por um lado grande parte dos educandos apresenta uma dificuldade na aprendizagem formal, por outro lado podem ser bastante eficientes às informações, que atualmente são transmitidas de várias maneiras (TV, jornais, internet), ou até mesmo nas experiências que trazem de suas vivências como o pensamento lógico- matemático que possuem para viver, pois aprenderam a pagar contas, dar e receber troco.

Esse saber relacionado ao fazer do seu cotidiano que o educando traz para a sala precisa ser valorizado na escolarização e estimulado para que assim o mesmo

pensamento lógico que possuem nessa área do conhecimento ocorra também nas outras áreas de conhecimento a serem estudadas.

Nas trocas de informações entre os alunos e dos alunos com o professor, pode-se descobrir com os alunos a melhor forma de ensinar os conteúdos curriculares, e também o professor incorporar os saberes que o aluno traz de sua vivência em seu fazer pedagógico. Dessa maneira o processo de ensino- aprendizagem se torna mais atraente, estimulante e, assim, gera um ambiente agradável de aprendizagem.

4.1. Carolina Maria de Jesus, apresentando a personagem



Fonte: Google imagens

A autora era uma favelada de quarenta e poucos anos, tinha estudado apenas até a segunda série do curso primário, numa cidade pequena do interior de Minas Gerais, fora lavradora, migrara para São Paulo, tentara a profissão de empregada doméstica, vivia de catar papel, ferros e latas no lixo, era negra, descendente de escravos, solteira, mãe de três filhos pequenos. Na época, a literatura era para homens brancos, letrados, ricos e em posição social elevada (Lajolo, 1995), pois escrever era, como hoje, atividade pouco remunerada.

Seu livro “Quarto de despejo” foi lançado pela Livraria Francisco Alves em agosto de 1960 e editado oito vezes no mesmo ano. Em menos de 12 meses, mais de 70

mil exemplares foram vendidos. Uma tiragem bem-sucedida, na época, era de cerca de quatro mil exemplares. Nenhum autor no Brasil chegara perto desse sucesso de venda. Nos cinco anos subsequentes, “Quarto de despejo” foi traduzido para 14 idiomas e alcançou mais de 40 países, começando pela Dinamarca, Holanda, Argentina, França, Alemanha, Suécia, Itália, passando pela Tchecoslováquia, Romênia, Inglaterra, Estados Unidos e chegando à Rússia, Japão, Polônia, Hungria e Cuba (Perpétua, 2000).

Sucesso mais inexplicável ainda, porque o livro espelhava precisamente as determinações de raça, classe social, escolarização, profissão, procedência, sexo e idade da autora. Era o diário da fome cotidiana, da miséria, dos abusos e preconceitos sofridos por ela, seus filhos e outros favelados. A escrita era caótica, cheia de erros ortográficos e de pontuação.

Carolina escrevia há cerca de 15 anos, na tentativa imaginária de escapar das dificuldades diárias e de afastar o nervosismo que a tomava quando a fome era intensa: "Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades" (Jesus, 1993, p.52).

Carolina achava que o que fazia de melhor eram os poemas. Não dava valor algum ao diário. Era ainda, autora de contos, romances, provérbios, pensamentos, peças teatrais, memórias e letras de música. Já tentara inúmeras vezes publicar seus manuscritos. Buscara redações de jornais e editoras; procurara intermediações de vizinhos no bairro rico; apresentara seus escritos ao pessoal do serviço social. Contudo, num relance, todos viam de imediato, nos cadernos sujos, catados no lixo, várias determinações negativas para o ofício de escritora.

Mas, no início de 1958, Carolina conheceu o jovem repórter alagoano Audálio Dantas, que fora à favela do Canindé, onde ela morava, para fazer uma matéria e teve acesso aos cadernos. O diário de 1955, depoimento de poucas páginas do dia-a-dia na favela, chamou-lhe imediatamente a atenção. Ele fez a primeira e bem-sucedida matéria sobre Carolina, que consistiu na apresentação da escritora, incluindo fotos, uma poesia e citações do diário, tudo exposto como depoimento e denúncia da situação vivida pelos pobres, a partir da perspectiva interna da favela.

O que importa aqui é acentuar que ocorreu o inesperado. Houve o sucesso nacional e internacional de Quarto de despejo e suas consequências, de diferentes ordens, sobre o imaginário social: a instituição de movimentos em prol do

desfavelamento, o incremento do fluxo da literatura produzida por mulheres, o incentivo a sonhos e projetos de ascensão social pela escrita, o receio de uma deturpação literária, já que, aparentemente, qualquer um podia escrever, críticas acirradas à divulgação no exterior do que havia de pior no Brasil. *Quarto de despejo* colocou em questão a visão romântica de favela então prevalecente, cujo paradigma era a letra da música *Chão de estrelas*, de Sílvio Caldas e Orestes Barbosa:

Meu barraco lá no morro do Salgueiro
Tinha o cantar alegre de um viveiro
(...)
A porta do barraco era sem trinco
Mas a lua, furando o nosso zinco

Salpicava de estrelas o nosso chão
E tu pisavas nos astros distraída

Descoberta no imaginário de uma época, Carolina deflagrou, com seu diário da fome e seu sucesso, outro imaginário social, provocando mudanças definitivas que, entretanto, permaneceram recalcadas por anos. Pouca gente na época percebeu a singularidade do caso Carolina Maria de Jesus. Muitos adoraram, outros a ridicularizaram. No entanto, o seu projeto, como o de muitos outros pobres, era bem simples: ter certo conforto, atravessar, se possível, barreiras de classe, o que se confirma no registro de 20 de julho de 1955:

O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela (Jesus, 1993, p.19).

O sucesso de *Quarto de despejo* subiu à cabeça de Carolina. Ela ficou deslumbrada, mas também apreensiva. Sentiu-se usada, como uma Cinderela negra que perderia o encanto, um pedaço de ferro cujo banho de ouro um dia esmaeceria, um pedaço de doce levado pelas formigas. Foi assediada por numerosas pessoas que nunca havia visto e que lhe pediam dinheiro, um trator ou uma máquina de costura. Foi generosa com muita gente. Pagou passagem de avião para uma retirante que encontrara por acaso num aeroporto, sapato para um garoto pobre que viu na rua. Deu teto a desabrigados, comprou roupa e adornos para a família. Realizou o sonho da casa própria. Expôs-se muito e, por isso, foi consumida e descartada. O fim de seu sucesso

no Brasil confundiu-se com o fim do período populista, antes do golpe militar de 64. No exterior, seus livros continuaram a ser lidos regularmente.

Carolina ainda publicou, em 1961, *Casa de alvenaria* (Jesus, 1961), livro também compilado por Audálio Dantas, mas pouco vendido, com uma única edição de 3000 exemplares. É, entretanto, um livro importante. Cobre os diários desde o dia da assinatura do contrato com a editora para a publicação de *Quarto de despejo*, a saída da favela, a compra da casa num bairro de classe média, a ambivalência da autora em relação à casa, os deslumbres e as angústias na nova posição. Talvez seja o único depoimento existente do cotidiano de uma ascensão social. Por conta própria, depois que o sucesso arrefeceu, ela publicou o romance *Pedaços da fome* (Jesus, 1963) e, mais tarde, *Provérbios* (Jesus, s/d), livros que também não decolaram.

Soube sair de cena no final de 1963, bastante empobrecida, mas tendo comprado um pequeno pedaço de terra, em Parelheiros, ao sul de São Paulo, onde iniciaria a construção de uma casa. Plantava aí sua horta e criava galinhas. Passou por inúmeras dificuldades. Por volta de 1966, teve de vender a casa de alvenaria em São Paulo. Entretanto, os filhos continuaram os estudos, a família já não passava fome como no tempo da favela e ela conseguiu terminar a construção da casa de Parelheiros. Sua retirada de cena deu-se num momento adequado, pois São Paulo logo passou por reformas urbanísticas, o preço dos terrenos subiu muito, a questão da moradia agravou-se e o número de favelados aumentou. Se não tinha uma mesa farta e variada, como gostaria, ainda era possível, com os recursos do terreno conservado, comer, até enjoar, frango com couve.

Quando Carolina morreu, em 1977, os jornais ainda pareciam injuriá-la, relembrando mais os seus fracassos do que os sucessos, reduzindo sua obra a Quarto de despejo, embora uma leitura cuidadosa das notícias faça supor que os repórteres se perguntavam quem afinal fora aquela mulher.

Carolina Maria de Jesus:

Morreu a escritora favelada que escrevia para acabar com as favelas (Jornal do Brasil, 14/2/77);

Morre Carolina, a escritora da favela (Notícias populares, 14/2/77);

Carolina Maria de Jesus: a morte longe da casa de alvenaria (Jornal do Brasil, 14/2/77);

O triste epílogo: Carolina de Jesus (Diário da Noite, 15/2/77);

O fim de Carolina, pobre e já no esquecimento (O Estado de S. Paulo, 15/2/77);
 Um enterro pobre para a escritora da favela (Notícias populares, 15/2/77);
 Carolina Maria de Jesus – o ponto final da escritora favelada (Revista Fatos e Fotos, 28/2/77).

A morte não foi o ponto final da escritora. Talvez o sinal, que poucos perceberam, dada a distância geográfica, tenha sido o lançamento na França, em 1982, do Diário de Bitita. No ano seguinte, a Rede Globo de Televisão preparou o "*Caso Verdade*: de catadora de papéis a escritora famosa". Como se vê, discursivamente, o tratamento dado a Carolina foi outro. No mesmo ano, a Livraria Francisco Alves lançou a décima edição de *Quarto de despejo* e Carlos Vogt publicou excelente texto sobre Carolina: *Trabalho, pobreza e trabalho intelectual*, onde escreveu: "Ao transformar a experiência real da miséria na experiência linguística do diário, a autora acaba por se distinguir de si mesma e por apresentar a escritura como uma forma de experimentação social nova" (Vogt, 1983).

Os tempos eram outros. Terminavam os sombrios anos da ditadura militar que sufocava o país desde 1964 e, mais do que nunca, o Brasil era tomado por movimentos participativos e associativos. Dois deles – o feminista e o negro – tomaram Carolina como um dos seus baluartes e reconheceram-na como pioneira. Com seu "corajoso pioneirismo", ela ainda "vai representar o imprevisto e o indomável", escreveu Lajolo (1995, p.18).

Nos anos 90, dois professores universitários ajudaram a redescobrir a autora: o historiador paulista José Carlos Sebe Bom Meihy e o cientista social norte-americano Robert M. Levine, que há muitos anos utilizava os escritos de Carolina em suas aulas. Ambos incluíram, no livro que fizeram juntos sobre ela (*Cinderela negra*), dois textos seus inéditos (Jesus, 1994, 1994b) e apontaram o quanto ela tinha de singular:

Ser negra num mundo dominado por brancos, ser mulher num espaço regido por homens, não conseguir fixar-se como pessoa de posses num território em que administrar o dinheiro é mais difícil do que ganhá-lo, publicar livros num ambiente intelectual de modelo refinado, tudo isto reunido fez da experiência de Carolina um turbilhão (Meihy & Levine, 1994, p.63).

Nos seus anos de Parelheiros, a autora preparara cópias idênticas de extratos dos originais, talvez numa tentativa de editoração semelhante à de Audálio Dantas

para *Quarto de despejo* e *Casa de alvenaria*. Com esse material, foi possível a Meihy e Levine publicarem, também, *Meu estranho diário* (Jesus, 1996) e *Antologia pessoal* (Jesus, 1996b), já organizado previamente pela autora.

Esses dois livros surgiram quando Carolina já vinha sendo homenageada no exterior e no Brasil. *Quarto de despejo* foi reeditado em Cuba (1989), na Alemanha (1983, 1993) e no Brasil (1993). *Casa de alvenaria* na França (1982, 1984) e nos Estados Unidos (1997, 1998). *Diário de Bitita* foi traduzido na Espanha (1985).

A publicação de *Meu estranho diário* e de *Antologia pessoal* gerou polêmicas sobre a obra de Carolina Maria de Jesus, entre as quais a de maior repercussão foi a lançada por Marilene Felinto (1996), articulista da *Folha de S. Paulo*, que escreveu "Academia tenta, mas não consegue dar estatuto literário a Carolina de Jesus", com a réplica do antropólogo Roberto DaMatta (1996): "Literatura, como diz o bom senso, é o que as pessoas escrevem".

A Câmara Municipal de Sacramento, cidade natal da escritora, outorgou-lhe o título de cidadã honorária (2001). *Quarto de despejo* foi selecionado para o vestibular da UFMG, em 2001, e da UnB, em 2004, gerando resenhas e críticas (Bylaardt, 2000; Cerchi, 2000; Simões, 2000). O nome de Carolina Maria de Jesus foi dado a ruas, creches, abrigos, associações, bibliotecas. O cineasta Jeferson De, da Trama Filme, realizou documentário curta-metragem com Zezé Motta no papel da escritora (2003).

Carolina Maria de Jesus foi portadora de novo imaginário social e de transformações sociais que não se esgotaram. Há ainda que se ler todos os seus escritos, decifrar sua bagagem, apropriar-se de sua contribuição e reconhecer que ela exerceu sua autonomia como poucos, alterando o "tecido imensamente complexo de significações que impregnam, orientam e dirigem toda a vida dessa nossa sociedade e de todos os indivíduos concretos que, corporalmente, a constituem" (Castoriadis, 1987, p.230).

A análise aqui realizada permitiu compreender melhor a grande aceitação de *Quarto de despejo* e o paradoxal abandono da autora no Brasil. Tudo se passou como se bastasse à aceitação de seu livro. Quanto a ela, melhor ignorá-la, esquecê-la, por ser insubmissa, desenvolta e à vontade demais num mundo que, supostamente, não lhe pertencia; preconceituosa e conservadora demais para a sua época. Mudanças no imaginário social, ocorridas inclusive graças a ela, não mais lhe exigem coerência política e ideológica.

4.2. Contribuições da Leitura de Carolina Maria de Jesus para Sentir, Pensar e Agir em torno da Educação de Pessoas Jovens e Adultas em espaços populares

“Olhava uns marmanjos brincando no playground, quando apareceu uma mulher esculhambando, dizendo se eles não caíssem fora ia botá-los no livro”, lembra Dantas. “Fui perguntar qual livro. Como era esperta, logo viu uma oportunidade.” Assim são os agentes culturais...

Quando falamos em Carolina Maria de Jesus e na sua contribuição para a literatura marginal, compreendemos também que o fazer curricular na educação de jovens e Adultos frente à diversidade cultural popular é algo desafiador, pois nos coloca frente a frente com a afirmação de uma cultura que é própria dos sujeitos inseridos no processo de construção social, que criam e recriam sua realidade a partir de suas histórias e vivências.

Quando falamos em Educação de Jovens e Adultos, estamos sempre nos referindo a um campo específico e fundamental da educação, que é a escolarização de jovens e adulto, que por diversos motivos não tiveram oportunidade de concluir seus estudos no tempo regular, dessa forma esses sujeitos retornam as salas de aula para iniciar ou concluir o objetivo da alfabetização não alcançada anteriormente. A discussão sobre a Contribuição de Carolina de Jesus e a Cultura Popular se coloca como uma das mais importantes temáticas a serem trabalhadas na Educação de Jovens e Adultos, de forma que o educando se reconheça na literatura marginal, e assim passe a problematizar, discutir e vivenciar sua realidade de forma consciente e crítica.

Devemos considerar a EJA, não como uma modalidade de ensino compensatória, mas sim uma prática de ensino que concretiza as políticas públicas de igualdade e justiça. Onde o aluno seja o principal ator de sua história, contribuindo para uma educação crítica e que supere os desafios. Proporcionando a liberdade de uma educação capaz de provocar mudanças não só no ser autônomo, mas que dessa forma o aluno(a) da EJA possa empoderar-se, transformando a si próprio e ao meio que ele está inserido.

Nesse contexto podemos perceber que a Educação de Jovens e Adultos torna-se mais que um direito, ou seja, ela é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade.

Assim Paiva (2005, p. 103) enfatiza que,

A educação de jovens e adultos enfrenta um grande desafio, que consiste em preservar e documentar o conhecimento oral e cultural dos diferentes grupos. A educação cultural deve promover o aprendizado e o intercâmbio de conhecimento entre e sobre diferentes culturas, em favor da paz, dos Direitos Humanos, das liberdades fundamentais, da democracia, da justiça, coexistência pacífica e da diversidade cultural.

Sabemos o quanto é desafiador para os educadores incorporar em suas práticas conteúdos que perpassem a cultura popular, mas é necessário e urgente assumirmos uma nova postura como educadores e agentes culturais, diante de uma escola que contemple a diversidade cultural, envolvendo toda comunidade na perspectiva da educação popular a partir do envolvimento de grupos folclóricos populares, em especial na EJA, pois este é composto majoritariamente pela população pobre e marginalizada retrata na literatura de Carolina de Jesus.

A escola, enquanto lugar de formação deve abrir seus espaços a uma grade curricular que valorize os conhecimentos das manifestações populares locais e regionais dos diversos grupos sociais, buscando aproximar os alunos da infinidade de representações culturais que nos remetem às origens históricas e étnicas do patrimônio cultural brasileiro. Desta forma estará desempenhando um papel diferenciado e transformador, em busca da valorização da diversidade, unindo os saberes populares à educação.

Nesse contexto trago o trabalho do Grupo Eita de Projeções Folclóricas, que nasceu do envolvimento de seus fundadores com as danças populares a partir de suas vivências dentro do campo educativo, foi fundado em 26 de julho de 2009, os encontros ocorrem na comunidade do Bairro Valentina de Figueiredo nesta capital, e representa o estado da Paraíba em festivais da Região Nordeste. Tem envolvimento direto com o fazer educativo nas escolas do Bairro e na comunidade local, como também possui oficinas, que são oferecidas aos sujeitos sociais que formam a comunidade local, nesse sentido traz em sua essência o reconhecimento dos agentes culturais como sendo

mediadores de uma concepção de educação que se fundamenta inteiramente nos sujeitos envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem coletivo, em que, tanto estudantes quando educadores e a comunidade aprendem e ensinam, respeitam e são respeitados em suas diferenças.

Oficina de Boi de Reis



Fonte: Arquivo pessoal do Grupo Eita

E assim como denunciou a agente cultural Carolina Maria de Jesus, com sua literatura, retratando a favela como quarto de despejo de uma sociedade marcada pelo preconceito e a desvalorização do outro, os agentes culturais do grupo Eita de Projeções Folclóricas vem através das suas danças e expressões contribuir para uma educação que se fundamente no respeito à cultura e diferença do outro.

Quando falamos na cultura popular na EJA, estamos falando em algo que vai além do folclore dos livros didático, queremos falar de um fazer curricular desafiador, pois é através do reconhecimento de sua cultura que o jovem e o adulto tomam consciência de sua existência como um ator social, e assim como Carolina Maria de Jesus e os agentes culturais do grupo Eita, passam a construir sua realidade a partir de vivências tanto no campo educacional, como no campo cultural e social, pois como sabemos muitos desses jovens e adultos tendem a ignorar suas próprias biografias de vida, pois acreditam que apesar de terem vivido inúmeras experiências e aprendizados, tais vivências são irrelevantes quando comparadas ao conhecimento formal que a instituição de ensino oferece.

O desafio dos agentes culturais do grupo Eita envolvidos no processo educacional, fica a cargo de contribuir na superação dessa concepção que os inibe e impede de estabelecer a relação entre o conhecimento prático e teórico, cuja aprendizagem é possível desenvolver, partir da prática social e finalizar com a própria prática social, estabelecendo assim o ensino baseado em uma pedagogia popular, passando por cada etapa de forma concreta, ou seja, passando pela prática social, problematização, instrumentalização e novamente prática social, efetivando assim a ampliação do conhecimento já existente. Enfim, nesse contexto a diversidade cultural passa a ser identificada e reconhecida como aspecto primordial para se pensar e fazer Educação de Jovens e Adultos.

Jogos Escolares da Juventude



Fonte: Arquivo pessoal do grupo Eita

4. CONSIDERAÇÕES

Após toda pesquisa e discussão consideramos que as mudanças na educação de jovens e adultos a partir da cultura popular só irá acontecer quando todos os sujeitos envolvidos no processo educativo estiverem comprometidos com a questão. O educador, em suas propostas pedagógicas, deve aproximar os jovens e adultos da infinidade de representações culturais que nos remetem às origens históricas e étnicas do patrimônio cultural brasileiro, uma infinidade de representações culturais que retratam a história do povo, que resistiu ao tempo e ainda hoje se mantém viva na memória coletiva.

É a através de exemplos como, Carolina Maria de Jesus e os agentes culturais do grupo Eita de Projeções folclóricas, e tantos outros, que poderemos provocar a mudança na EJA, pois entendemos que pensar uma educação abrangendo uma perspectiva multicultural seria um passo importante para romper com a ideia de homogeneidade do ensino, possibilitando a compreensão dos alunos, de sua cultura de origem, criando estratégias para a prática pedagógica que visam atender aos interesses de todos os grupos presentes na escola.

Para Brandão (2007), a cultura:

está na criação da sociedade e das diferentes formas de vidas sociais. Ela habita as diversas tramas e teias de símbolos, de saberes, de sentidos, de significados, de sentimentos, e de sociabilidades (...), com que nós criamos, preservamos e transformamos nossas maneiras de viver e de sobreviver, de conviver e de atribuir identidades a quem somos, e significados a como vivemos e aos mundos em que convivemos e que criamos e recriamos para viver. E fazemos isto inventando e partilhando palavras, saberes, ideias, visões de mundo, sistemas de crenças, religiões, filosofia, artes, teorias e práticas pedagógicas.

Nesse sentido afirmamos que a pluralidade faz surgir um país feito de muitas tradições, de identidades diversas, com distintas formas de pensar o mundo, e é dessa forma que os sujeitos tomam consciência da importância da participação de cada um na construção do bem comum. Portanto, conhecer para entender, respeitar e integrar,

aceitando as contribuições das diversas culturas, oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira, deve ser o objetivo transversal de uma educação que priorize a cultura popular a partir de seus agentes, e que transforme a ação cultural em uma prática diária, contribuindo para a transformação e conscientização dos sujeitos a partir de uma leitura crítica de sua realidade, e dessa forma empoderando-os para que sejam dentro das suas comunidades mediadores e multiplicadores da importância da valorização da cultura popular e social.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto do. Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Conceitos e contextos. **Serviço Social em Revista**. Universidade Estadual de Londrina. Londrina: v.3, p.75-99, 2000.

ARANHA, Antônia Vitória S. Relação entre o conhecimento escolar e o conhecimento produzido no trabalho: dilemas da educação do adulto trabalhador. In: **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte: NETE/FaE/UFMG, n. 12, jan/jun, 2003.

ARROYO, Miguel González . Educação de Jovens-Adultos. In: **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Soares, Leônicio; Giovanetti, Maria Amélia; Gomes, Nilma Lino (Orgs.).Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Como Cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Atualizada com as Emendas Constitucionais Promulgadas

BURKE, Peter. **Cultura Popular Na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas**, São Paulo, Edusp, 1997.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p.

_____. Cultura. Culturas, Culturas Populares e Educação. Salto Para o Futuro, in <http://tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/publicacaoeletronica.asp?ano=2007> , acesso em: 10/06/2016.

_____. **Lei nº 9.394/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In.: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9394.htm> , acesso em: 06/05/2016

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: Leitura do Mundo, Leitura da Palavra**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; LINHARES, Célia Frazão. O pensamento pedagógico crítico no Brasil: a presença de Paulo Freire. Simpósio Paulo Freire. **Conferência**. Vitória: USE, 1996.

JESUS, Carolina Maria. **QUARTO DE DESPEJO**. O Diário de uma favela. Edição Popular, 1960.

DANTAS, Audálio. “A atualidade do mundo de Carolina”. In: JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo – diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1993, pp.3-5.

NUNES, Débora R.P. **Teoria, pesquisa e prática em Educação: a formação do professor-pesquisador** Educ. Pesqui. vol.34 no.1 São Paulo Jan./Abr. 2008. In.: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000100007, acesso em: 04/05/2016

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

PAIVA, Jane. **Educação de Jovens e Adultos: Direito Concepções e Sentidos**. Niterói, Rio de Janeiro, 2005. Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado. In.: <http://www.uff.br/?q=grupo/pos-graduacao>, acesso em 09/06/2016.

OLIVEIRA, Marta Kohl de, (1997) **Sobre diferenças individuais e diferenças culturais: o lugar da abordagem histórico-cultural**. In AQUINO, J. G. (org.) Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo, Summus.

TOMAZI, Nelson Dácio, **Iniciação à Sociologia**, São Paulo, Atual, 1993, p. 179-182, 190-191.

Sites

Folha Uol

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/11/1550499-escritora-carolina-maria-de-jesus-viveu-do-caos-ao-caos.shtml>, acesso em: 06/06/2016

<http://educacao.uol.com.br/biografias/carolina-maria-de-jesus.htm>, acesso em: 22/04/2016.

<http://www.cartacapital.com.br/cultura/carolina-maria-de-jesus-a-catadora-de-letras>, acesso em: 22/04/2016.

http://www.seminariodehistoria.ufop.br/7snhh/snhh7/media/arquivos/sistema/trabalhos/O_PENSAMENTO_HISTORICO_DE_HERDER.pdf, acesso em: 22/04/2016.

Google Imagens

https://www.google.com.br/search?q=Carolina+de+Jesus&espv=2&biw=1440&bih=799&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwigiuHQRZ7NAhWFdT4KHbACBxAQ_AUIBigB&dpr=1, acesso em:10/06/2016

ANEXOS

APRESENTAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL ANTONIA DO SOCORRO



Fonte: Arquivo pessoal do grupo Eita

GRAVAÇÃO PARA TV LOCAL PARA O DIA DO FOLCLORE



Fonte: Arquivo pessoal do grupo Eita

RECEPÇÃO A PARENTES DE CANGACEIROS A NOSSA CIDADE – REITORIA - UFPB



Fonte: Arquivo pessoal do grupo Eita

APRESENTAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AS FESTAS JUNINAS NEM UM CREI DA COMUNIDADE



Fonte: Arquivo pessoal do grupo Eita

APRESENTAÇÃO PARA TURISTAS EM VISITA A JOÃO PESSOA-PB



Fonte: Arquivo pessoal do Grupo Eita

APRESENTAÇÃO PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL NO DIA DO FOLCLORE - 2012



Fonte: Arquivo pessoal do Grupo Eita

